



I SEMINÁRIO DA REDE INCÊNDIOS – SOLO E I SIMPOSIO IBERO-AFRO-AMERICANO DE RISCOS

Painel 4

Prevenção, Segurança e Mitigação

Ordenamento do Território e Planeamento de Emergência
Ações da Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira



SUMÁRIO

- “ Processos de gestão territorial, em particular de âmbito municipal – Planos Diretores Municipais.
- “ Articulação entre as estruturas regional e municipais de proteção civil - Trabalho desenvolvido junto dos Serviços Municipais de Proteção Civil,
- “ Processo de planeamento de emergência – elaboração do Plano Regional de Proteção Civil e acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil.



Ocupação Antrópica



A ocupação humana no território transforma-o e tende para o desenvolvimento desequilibrado, aumentando os fatores de risco.



Conhecimento do Risco



A identificação e o conhecimento do risco é fundamental para que a respetiva comunidade adote os procedimentos adequados de eliminação ou mitigação.

A permanência em locais, por falta de alternativas, muitas vezes agrava a tendência natural para a manifestação do risco, como por exemplo a construção em locais de vertente ou em leitos de cheia que podem resultar em derrocadas e inundações.



Uma base comum



A combinação das áreas de risco identificadas nos Planos de Ordenamento do Território com os Planos de Emergência de Proteção Civil, elaborados para as respetivas áreas territoriais, é fundamental na orientação para a definição de estratégias que minimizem as situações desse risco.

A avaliação do risco e a cartografia comuns, são fundamentais como instrumentos de planeamento associados à tomada de decisão.



Desenvolvimento de estratégias de mitigação

Após a **identificação dos perigos** é necessário **analisar os riscos** mais significativos. As áreas **mais expostas ao risco carecem de um conhecimento mais aprofundado**, de modo que este se reflita nas opções de planeamento, das condicionantes de utilização e da gestão desses espaços.

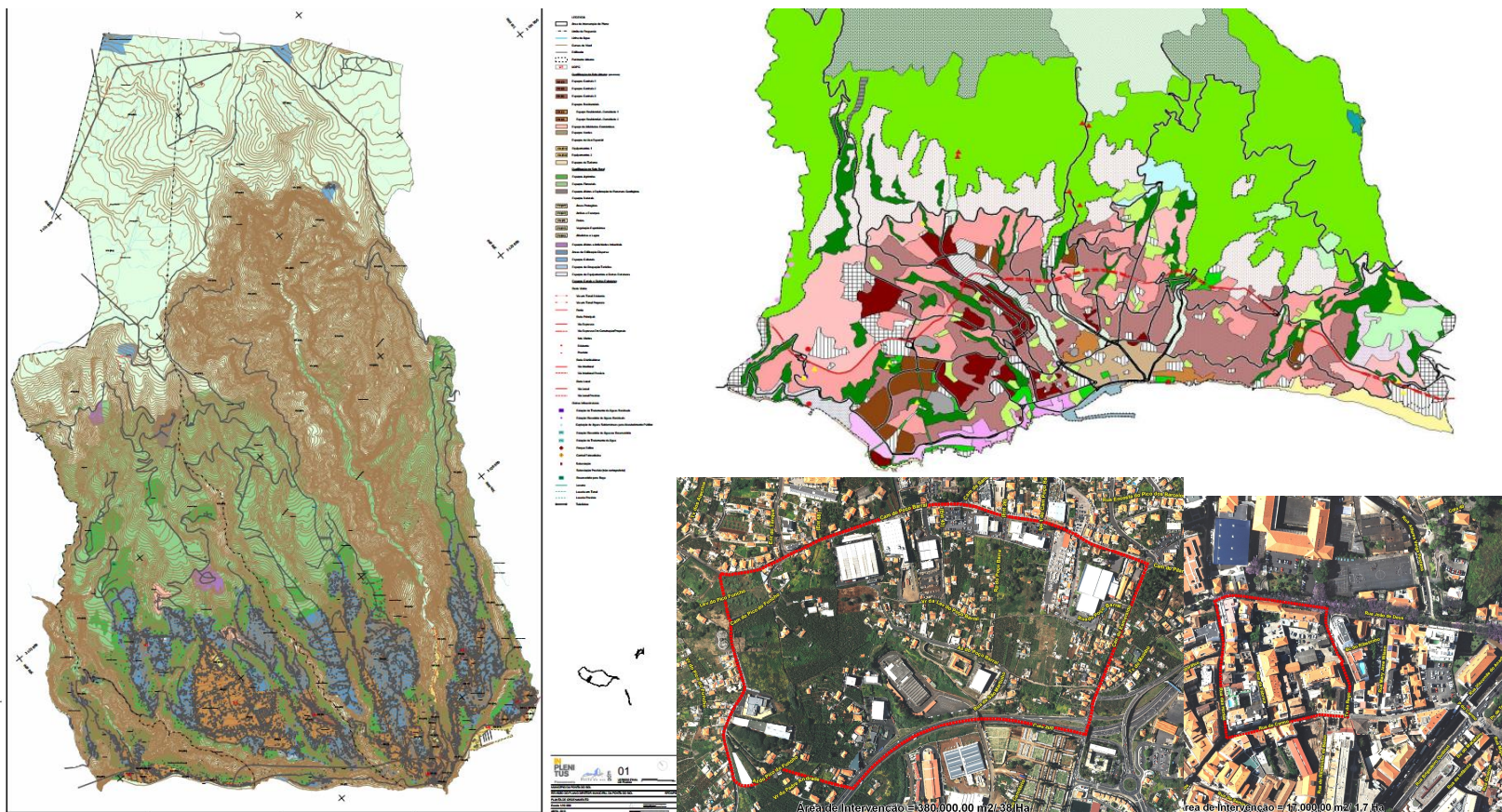
Com vista a eliminar a probabilidade de manifestação de um risco, ou, caso não seja possível, a redução da possibilidade de ocorrência ou das suas consequências, existem diversos instrumentos de mitigação, dos quais se destacam: os normativos legais para ao território em causa; os recursos tecnológicos que permitam a avaliação e apoio à gestão do risco; e a sensibilização da população para a proteção civil.



Transformação das ameaças em oportunidades



A intervenção no território com base num planeamento adequado, que respeite as características dos locais, é fundamental para o desenvolvimento e aumento da qualidade de vida e o bem-estar da população.



Processos de gestão territorial - âmbito municipal



Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Estrutura do Sistema de Gestão Territorial

Âmbito NACIONAL

Programa nacional da política de ordenamento do território

Programas sectoriais (anteriormente Planos Setoriais de Ordenamento do Território);

Programas especiais (anteriores Planos Especiais de Ordenamento do Território);

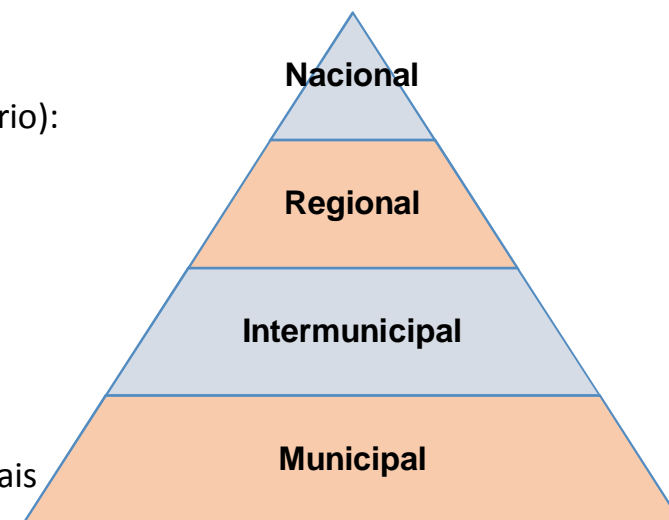
Âmbito REGIONAL - Programas regionais (anteriormente Planos Regionais de Ordenamento do Território)

Âmbito INTERMUNICIPAL

Programas intermunicipais

Planos directores, os planos de urbanização e os planos de pormenor intermunicipais

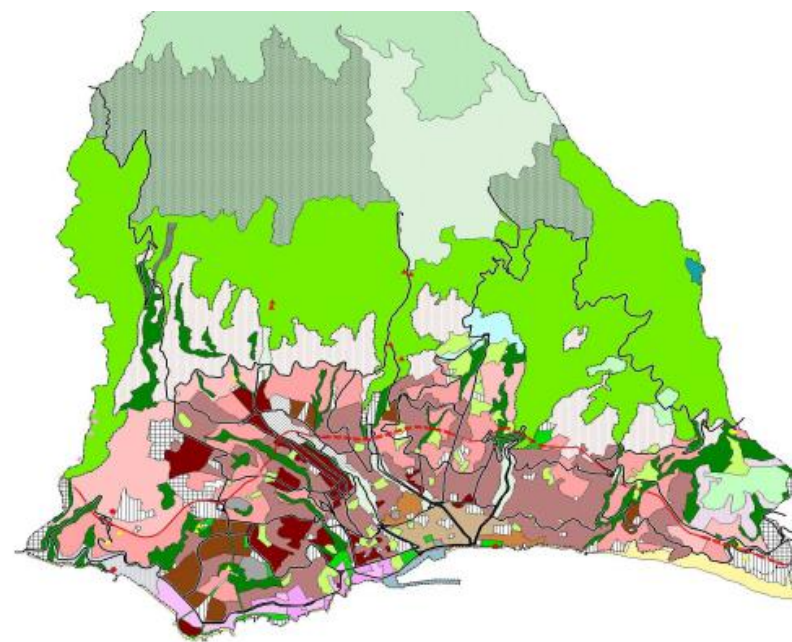
Âmbito MUNICIPAL - Planos directores, os planos de urbanização e os planos de pormenor municipais.





Plano Diretor Municipal

“ O objetivo geral do PDM é conceber um modelo de desenvolvimento municipal que regule o uso do solo, e estabeleça diretrizes de ocupação, ou seja, **ordenar o território**.





Acompanhamento da elaboração PDM

É assegurado por uma **CA**, cuja composição deve traduzir a natureza dos interesses a salvaguardar e a relevância das implicações técnicas a considerar.

A CA fica obrigada a um **acompanhamento assíduo** e continuado dos trabalhos (≥ 4 reuniões) e a um **parecer final escrito**, com menção expressa da orientação defendida, que se pronuncie sobre:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis
- Compatibilidade ou conformidade da proposta de plano com os instrumentos de gestão territorial eficazes
- Fundamento técnico das soluções defendidas pela CM

O parecer deve exprimir a apreciação realizada pelas diversas entidades representadas, incluindo a posição final das entidades que formalmente discordaram das soluções projetadas.



Composição das Comissões de Acompanhamento

A Secretária Regional do Ambiente (SRA) e Recursos Naturais - presidente

(2) SRA;

(1) SR dos Assuntos Parlamentares e Europeus;

(1) SR da Economia, Turismo e Cultura;

(1) SR de Educação;

(1) SR da Saúde;

(1) SR de Agricultura e Pescas;

(2) Câmara Municipal de São Vicente;

(1) Assembleia Municipal de São Vicente;

(1) Polícia de Segurança Pública;

(1) Direção Regional de Estradas;

(1) Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.;

(1) Serviço Regional de Proteção Civil

(1) Investimentos Habitacionais da Madeira;

(1) Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira,

(1) Direção Regional de Juventude e Desporto



Procedimento Operacional de Estruturação de um Plano Municipal de Ordenamento do Território – PDM , PU e PP





Aspetos a considerar na análise dos PDM



- “ **Identificação dos riscos** naturais e tecnológicos
- “ Identificação das **distâncias e faixas de segurança** relativas aos riscos naturais e tecnológicos presentes (incluindo os que tendo origem nos municípios vizinhos possam causar impactos na área do plano).
- “ **Caracterização dos riscos** quanto à sua magnitude/severidade e estimativas dos impactos nas pessoas, bens e ambiente. Apresentação das necessárias medidas restritivas ou mitigadoras de modo a salvaguardar a segurança de pessoas, bens e ambiente.
- “ Se o plano **introduz ou agrava situações de risco** para pessoas, bens e ambiente na sua área ou nas zonas circundantes.



Aspetos a considerar na análise dos PDM



- “ No regulamento do plano, se tem em conta a caracterização dos riscos identificados e introduzas necessárias **disposições de modo a salvaguardar a segurança** de pessoas, bens e ambiente
- “ A **conformidade dos normativos** incluídos no respetivo PROT e as **opções do plano** no que concerne à segurança de pessoas e bens versus riscos naturais tecnológicos.
- “ **Identificação de situações que possam por em perigo** pessoas bens, e ambiente - e se para cada uma delas considera as **condições de atuação em situações de emergência** ou de exceção, identificando o(s) plano(s) de emergência em vigor para essas áreas.



Aspetos a considerar na análise dos PDM



- “ Identificação das **áreas afetas à proteção civil** - espaços destinados à reunião da população.
- “ Identificação de um conjunto de equipamentos, infraestruturas e sistemas que possam **assegurar as atividades de proteção civil**.

0ª Reunião da CA

Porto Santo

Vila Baleira

Pedras Pretas

0ª Reunião da CA

3.ª Reunião da CA

Parecer final CA

2ª Reunião da CA

Acompanhamento dos trabalhos de revisão/alteração dos PDM, na vertente da PC, acautelando a proteção da população, através de uma ocupação, utilização e transformação do solo que tenham em conta a segurança das pessoas, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou de ação humana.

Ainda por iniciativa dos diversos municípios da RAM, foram desenvolvidos diversos **Planos de Urbanização e de Pormenor**, colaborando assim o SRPC na **emissão de pareceres** também na vertente da PC

1ª Reunião da CA

4ª Reunião da CA

0ª Reunião da CA

Parecer final CA



Articulação entre as estruturas regional e municipais de proteção civil



Reforço da articulação entre as estruturas - Reuniões de trabalho

- “ Elaboração dos PMEPC
- “ Ação de proteção civil ao nível municipal - CMPC
- “ Operacionalização dos SMPC e sua relação com o CROS
- “ Segurança Contra Incêndios em Edifícios
- “ Formação e sensibilização para a Proteção Civil;
- “ Outros assuntos



Processo de planeamento de emergência



“Antes, durante e após a emergência” (1 de 2)

De forma a possibilitar a resolução de problemas durante as emergências, bem como resolver os efeitos decorrentes, é necessário haver um planeamento eficaz que defina orientações quanto ao modo de atuação dos diversos intervenientes, preparado para ser executado a qualquer momento.

O planeamento é conseguido através da elaboração planos de emergência que necessitam de ser devidamente exercitados, sobretudo para melhorar o desempenho individual, coordenação e comunicação entre organizações que participam na resposta à emergência numa determinada comunidade.



PREPCRAM - Sua contextualização e importância para a Região

Encontra-se em aprovado o PREPCRAM, da responsabilidade de elaboração coube ao SRPC. A elaboração deste documento contou com a colaboração de uma CA, criada especificamente para o desenvolvimento dos trabalhos, na qual constam organismos, serviços e estruturas, públicas e privadas diversas, que podem intervir em caso de acidente grave ou catástrofe.

Considerando a importância e abrangência do Plano, a cooperação destas entidades tornou-se fundamental, dado que este é um documento multidisciplinar e plurisectorial, no desenvolvimento da capacidade de resposta à emergência.



PREPCRAM - Sua contextualização e importância para a Região

O arquipélago da Madeira, dadas as suas características físicas e histórico de ocorrências, em particular, fenómenos naturais extremos, é um território de grande suscetibilidade aos perigos, tornando-se indispensável uma resposta adequada em caso incidente à escala regional.



Principais riscos e vulnerabilidades identificados – PREPC RAM

Condições Meteorológicas Adversas

Tempestades



4-11-2015

Hidrologia

Cheias e inundações rápidas



Ações da Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira

Hidrologia

Inundações e Galgamentos Costeiros



24



Principais riscos e vulnerabilidades identificados – PREPC RAM

Atividade Industrial e Comercial

Geodinâmica externa

Movimentos de Massa em Vertentes



4-11-2015

Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios c/ elevada Concentração Populacional



Incêndio na Rua do Esmeraldo - 1986

Ações da Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira



Principais riscos e vulnerabilidades identificados – PREPC RAM

Atividade Industrial e Comercial

Acidentes que Envolvam Substâncias Perigosas (Diretiva SEVESO II)



4-11-2015

Ações da Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira

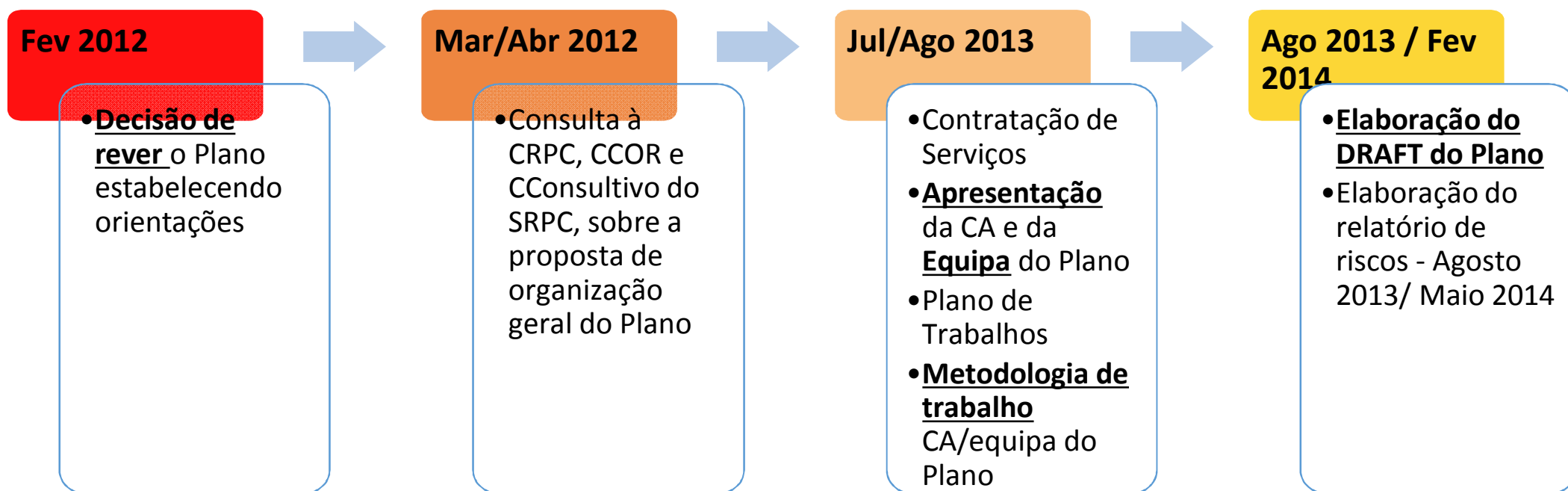
Atmosfera

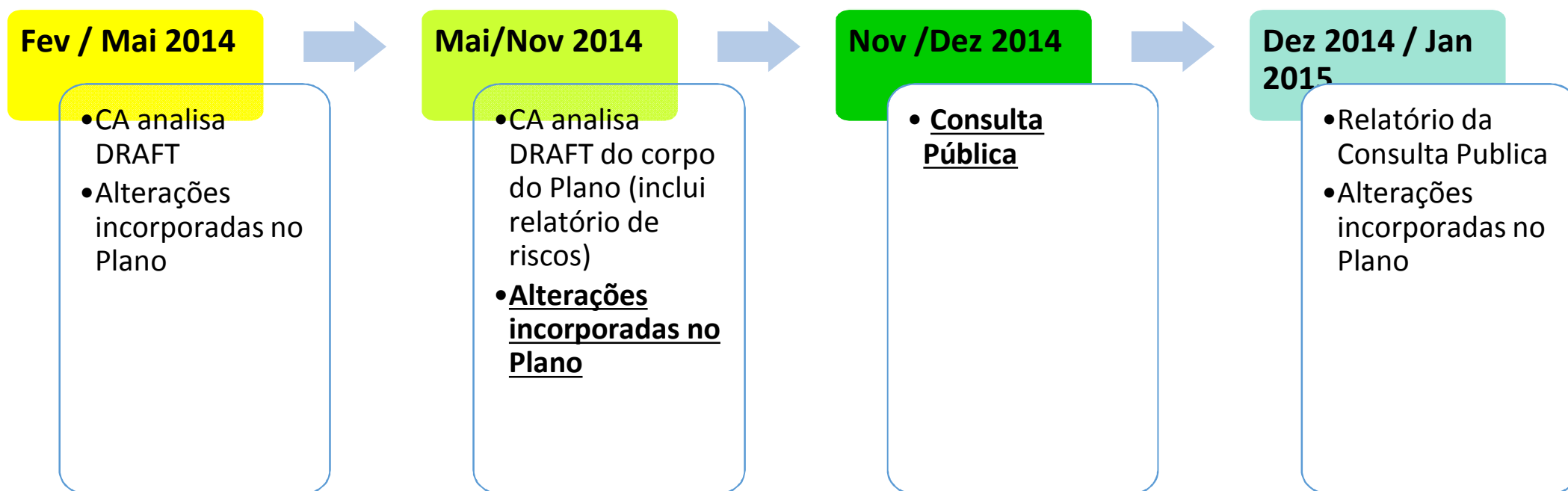
Incêndios Florestais

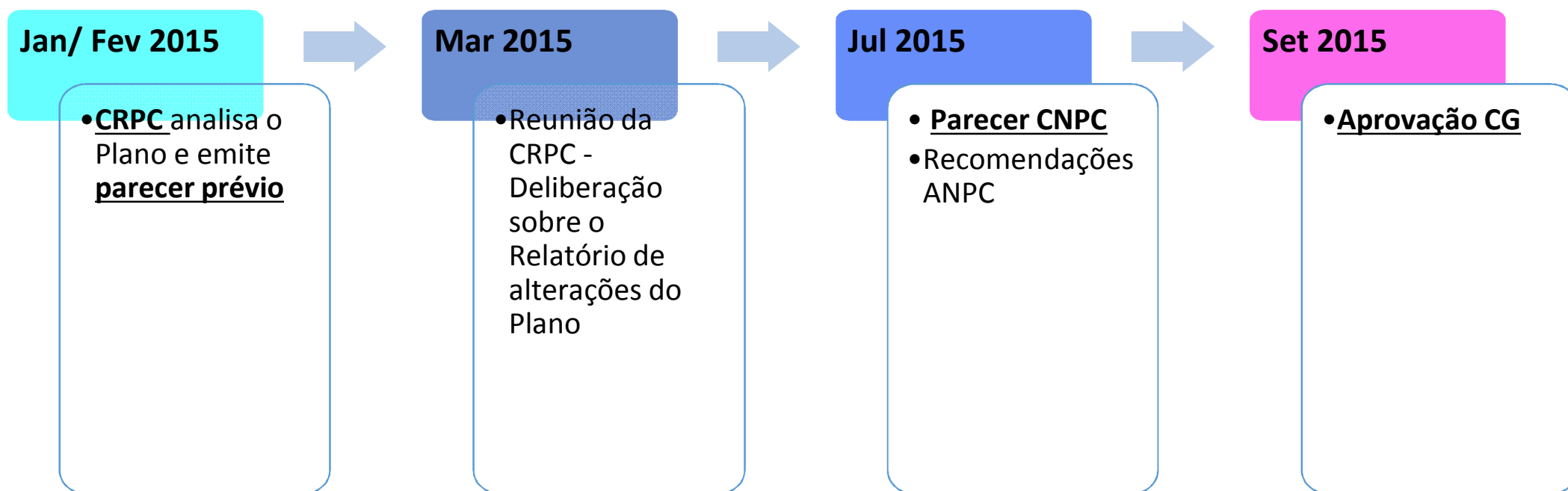


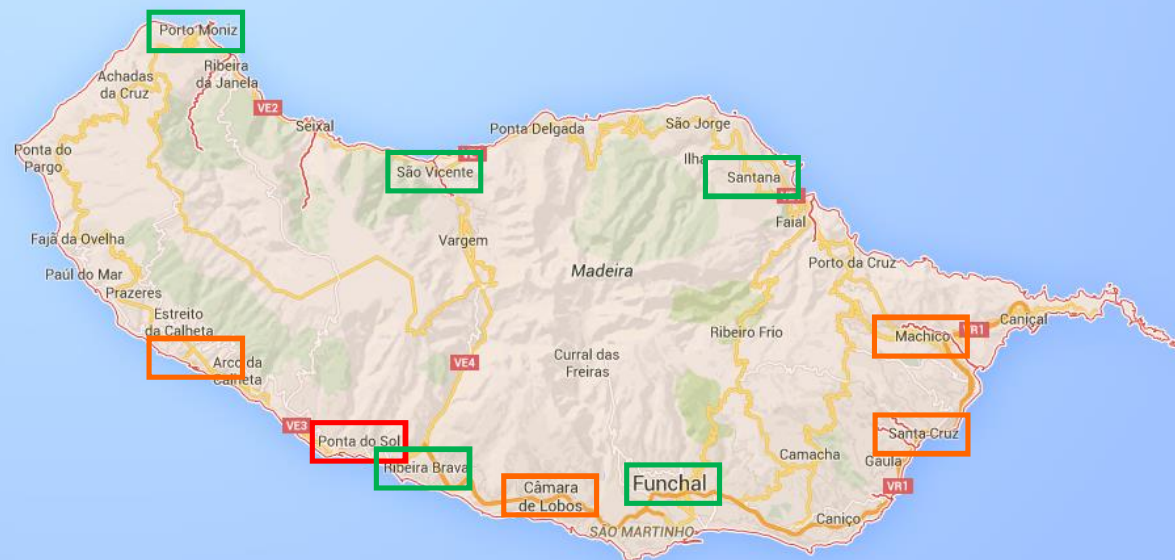


Ordenamento do Território e Planeamento de Emergência - Ações da Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira









“ A RAM e os Planos Municipais Emergência de Proteção Civil de 2ª geração”

O SRPC, na qualidade de entidade responsável pela emissão de pareceres aos PMEPC, bem como na sua inerente articulação com os SMPC no que respeita a meios e recursos a disponibilizar, no exercício da função de prevenção, socorro e emergência, desde 2009, tem reunido regularmente com os diversos municípios da RAM, a fim de, entre outros assuntos, acompanhar os processos de elaboração dos PMEPC de 2.ª geração.



Obrigada pela vossa atenção